



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO A SERVIÇO DO CIDADÃO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO (2014)



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Recife, fevereiro de 2015



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

SUMÁRIO

Conteúdo

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1 – INTRODUÇÃO

2 – DESEMPENHO INSTITUCIONAL

3 – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

3.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

3.2 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública

3.3 – Transparência e Controle Social

4 – PROCESSOS INTERNOS

4.1 – Agilidade do Processo de Controle Externo

4.2 – Qualidade do Processo de Controle Externo

4.3 - Fortalecimento da Imagem Institucional

4.4 - Gestão Administrativa e Financeira

5 – PESSOAS E INOVAÇÃO

5.1 – Gestão de Pessoas

5.2 – Gestão do Conhecimento Organizacional

5.3 – Gestão por Resultados

5.4 – Uso de Tecnologia da Informação no Controle Externo

6 – CONCLUSÕES



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO

Conselheiro VALDECIR FERNANDES PASCOAL Presidente	RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO Diretor-Geral Adjunto - DGA	Mª DE FÁTIMA TAVARES TOSCANO BARRETO Chefe do Núcleo Técnico de Plenário - NTP
Conselheiro CARLOS PORTO DE BARROS Vice-Presidente	PAULO CABRAL DE MELO NETO Chefe do Gabinete da Presidência - GPRE	LUCIANA DE BARROS CABRAL Chefe do Núcleo de Apoio às Sessões - NAS
Conselheiro MARCOS COELHO LORETO Corregedor	PAULO HIBERNON PESSOA GOUVEIA DE MELO Coordenador da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG	MARCONI KARLEY OLIVEIRA NASCIMENTO Chefe do Núcleo de Atos de Pessoal – NAP
Conselheiro JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS Ouvidor	EDUARDO PORTO CARREIRO NEVES Coordenador da Ouvidoria – OUVI	AYRTON GUEDES ALCOFORADO JÚNIOR Chefe do Núcleo de Engenharia – NEG
Conselheiro DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR Diretor da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães	MARIA DE FÁTIMA LEITE PESTANA Coordenadora da Corregedoria Geral – CORG	ANA LUISA DE GUSMÃO FURTADO Diretora do Departamento de Controle Estadual - DCE
Conselheiro RANILSON BRANDÃO RAMOS Presidente da 1ª Câmara	BETHÂNIA MELO AZEVEDO Coordenadora de Controle Externo - CCE	JÚLIO CÉSAR BARBOSA RODRIGUES Diretor do Departamento de Controle Municipal - DCM
Conselheira MARIA TERESA CAMINHA DUERE Presidente da 2ª Câmara	ANA CECÍLIA CÂMARA BASTOS Coordenadora de Administração Geral – CAD	ANA TEREZA VENTURA COELHO Diretora do Departamento de Administração e Infraestrutura - DAI
CRISTIANO DA PAIXÃO PIMENTEL Procurador-Geral - MPCO	RODRIGO MARCEL SIQUEIRA ARRUDA Coordenador de Tecnologia da Informação - CTI	ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças - DCF
RUY RICARDO WEYER HARTEN JÚNIOR Auditor-Geral - AUGE	BRENO CÉSAR SPÍNDOLA CORREIA Diretor de Gestão e Governança - DGG	CRISTIANA MONTEIRO SILVA Diretora do Departamento de Expediente e Protocolo - DEP
ALOÍZIO BARBOSA DE CARVALHO JUNIOR Procuradoria Jurídica - PROJUR	KARLA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA Diretora de Comunicação - DC	PAULO OTÁVIO TÁVORA CAVALCANTI Diretor do Departamento de Gestão de Pessoas - DGP



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

<p>RICARDO MARTINS PEREIRA Diretor-Geral – DG</p>	<p>JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS Diretor de Plenário - DP</p>	<p>MARIA DO SOCORRO FÉLIX Diretora do Departamento. de Informação e Documentação - DID</p>
--	---	---



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de atender ao que determina a Constituição do Estado de Pernambuco (artigo 30, § 4º) e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, artigo 29, cumpro o dever de apresentar à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco o Relatório de Desempenho do Tribunal de Contas de Pernambuco referente ao exercício de 2014.

Assumimos a presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE, em janeiro de 2014, e procuramos, com o apoio dos demais membros e servidores, administrar seus recursos com austeridade, eficiência e transparência, cumprindo fielmente os princípios constitucionais norteadores da administração pública e com as determinações de normas infraconstitucionais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Código de Administração Financeira do Estado. Durante os últimos doze meses, envidamos todos os esforços para dar efetividade às diretrizes, indicadores e metas estabelecidas no Plano Estratégico, debatido amplamente pelos servidores e referendado pelo Conselho. Tendo em conta a Missão e a Visão do Tribunal, estabelecemos algumas prioridades para a gestão 2014-2015, a saber:

- 1. Fortalecer a auditoria** - sobretudo em relação à qualidade e à agilidade na sua realização e do julgamento de processos. Para tanto, vários fatores estão contribuindo, como tecnologia da informação, modelos que levem em conta o risco e a relevância, uso forte de inteligência e cruzamento de informações com outros órgãos e aperfeiçoamento do controle preventivo racional e ágil;
- 2. Reforçar o papel pedagógico do Tribunal** – “TCE Educador”, especialmente, para os gestores de municípios pequenos, menos estruturados, com menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs.
- 3. Ampliar a comunicação com a sociedade** – o Tribunal é um órgão pouco conhecido e pouco compreendido. É um órgão criado pela Constituição, com uma série de competências que visam a defender a república, a democracia e a probidade da governança pública. No entanto, a população, muitas vezes, não entende qual é a sua função e o alcance do seu poder fiscalizador. Então, um dos relevantes desafios do TCE-PE é ampliar o diálogo com a sociedade e com a imprensa.

Concluído o primeiro ano desta Gestão, resta evidenciado que várias ações já foram implementadas, favorecendo o alcance dos objetivos estratégicos delineados. Alguns destes resultados, frutos, como já referido, da união de esforços e competências dos membros e servidores do Tribunal de Contas, estão retratados neste documento, que, de certa forma, se insere no dever constitucional de prestar contas a que todas as instituições públicas estão obrigadas, inclusive, e mormente, aquelas encarregadas do controle da gestão.

Este Relatório de Desempenho da Gestão, portanto, disponibiliza um conjunto de informações referentes à governança do Tribunal, às atividades de fiscalização e julgamento, ao papel educador de orientar os gestores públicos e de estimular o controle social, dados estes capazes de permitir a avaliação do desempenho institucional do Tribunal de Contas, no exercício de 2014, tanto por parte dos legítimos representantes do povo pernambucano, como também pela sociedade em geral, considerando que daremos ampla divulgação ao seu conteúdo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Recife, 27 de fevereiro de 2015
VALDECIR FERNANDES PASCOAL
(Presidente)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2014, o desempenho institucional alcançado pelo TCE-PE, representado pelo avanço dos indicadores estratégicos, foi de 85,12%, assim distribuídos por perspectivas:

- Resultados para a Sociedade = 119,99%;
- Processos Internos = 80,03%;
- Pessoas e Inovação = 101,14%.

Esses resultados demonstram sua atuação enquanto instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção, em benefício da sociedade.

I – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE:

O TCE-PE retornou para sociedade o valor de R\$ 104.839.506,80 em benefícios financeiros, sendo R\$ 77.420.656,92 resultante das ações concomitantes, R\$ 2.596.920,2 referente a aplicação de multas e R\$ 24.821.929,68 a imputação de débitos. Os benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios. Em 2014, 271 procedimentos licitatórios foram analisados, que acarretaram redução do preço máximo.

Visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública, foram desenvolvidas pela Escola de Contas várias ações de capacitação em tópicos importantes, buscando aprimorar o desempenho dos servidores públicos das entidades fiscalizadas. Em 2014, a Escola de Contas ministrou **112 turmas**, capacitando **5.246** servidores de órgãos jurisdicionados.

Contribuindo para a transparência e o exercício do controle social, podemos destacar o lançamento da **TV TCE**, que já pode ser acessada no site do Tribunal e que tem por objetivo exibir reportagens sobre as ações de fiscalização, inspeções, auditorias e julgamentos do Tribunal, revelando os benefícios deste trabalho na vida do cidadão. O Portal do Cidadão, também disponível no site do Tribunal, é outro importante instrumento de controle social, pois permite que o cidadão tenha acesso a informações detalhadas sobre a gestão do seu município e passe a acompanhar a aplicação dos recursos públicos da sua região. Em 2014, o número de acessos a esse portal diminuiu com relação a 2013. No entanto, para 2015 estão previstas novas ações de divulgação do Portal, o que, com certeza, fortalecerá ainda mais a transparência e o controle social.

O programa TCEndo Cidadania é outro importante trabalho desenvolvido pelo Tribunal em favor da transparência e do controle social. O referido programa, que ao longo dos últimos anos vem recebendo diversos prêmios, atingiu 7.785 participantes durante o exercício de 2014.

II – PROCESSOS INTERNOS:

O TCE-PE definiu duas metas mobilizadoras para 2014 referentes à eficiência do processo de controle externo, a seguir descritas:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

META MOBILIZADORA 1
Aumentar o índice de processos julgados tempestivamente para 61,43%.
META MOBILIZADORA 2
Reduzir para 33,15% o índice de estoque dos processos acima do prazo para julgamento.

O **Índice de Processos Julgados Tempestivamente** atingiu o valor de **59,15%**, o que representou um acréscimo de 4,87 pontos percentuais em relação a 2013. Além disto, o **Índice de Estoque dos Processos** alcançou o valor de **43,03%**, reduzindo o percentual de 2013 em 5,43 pontos percentuais. Uma das ações que contribuiu para esses resultados foi a operação **“Todos por Um”**, envolvendo todos os servidores da Casa na busca pelo alcance das metas mobilizadoras.

O TCE-PE tem como meta estratégica para 2018 alcançar 100% de tempestividade no julgamento. Esta meta será viabilizada com a conclusão da implantação do processo eletrônico. Em 2015, todas as prestações de contas de governo e gestão serão enviadas para o TCE eletronicamente, o que irá resultar em maior celeridade, com menor custo e com maior segurança das informações processadas.

Em 2014 foram julgados **11.961(*)** processos, sendo **10.107(*)** processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas e **1.854** das demais modalidades. O tempo médio de processos julgados foi de **303** dias e a idade média dos processos em estoque **392** dias.

Em termos de Prestações de Contas, até 31 de dezembro de 2014 foram publicados o julgamento de 229 Prestações de Contas de Governo e 353 Prestações de Contas de Gestão. Conforme os Pareceres Prévios emitidos, o Tribunal recomendou a rejeição de 48% das Contas de Governo. Com relação às Prestações de Contas de Gestão, 29% foram julgadas irregulares.

Com relação à publicação de processos, em 2014, registra-se o número de **12.277** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **105%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **08** dias.

Das 1.945 deliberações, exceto aposentadorias, pensões e reformas, publicadas em 2014, apenas 18 foram anuladas, o que representa um incidência mínima de erros no julgamento dos processos, evidenciando uma melhoria na qualidade se comparado com os anos anteriores que tiveram uma taxa de 1,16% em 2012 e 1,09% em 2013. O resultado almejado para 2018 é uma taxa de 0,85% de nulidade.

O TCE-PE vem desenvolvendo várias ações para fortalecer a imagem institucional. Em 2014 podemos destacar o lançamento da primeira versão da **Carta de Serviços do TCE-PE**, disponível no site do Tribunal de Contas. Trata-se de uma ferramenta de transparência que oferece ao público acesso rápido aos serviços prestados pelo TCE. A Carta segue as especificações do Programa Nacional de Gestão Pública e



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Desburocratização (Gespública), iniciativa que mede a efetividade dos programas e tem como objetivo melhorar o atendimento ao cidadão.

III – PESSOAS E INOVAÇÃO

A **valorização da meritocracia** foi um dos grandes destaques em 2014. A **Taxa de Percepção da Valorização da Meritocracia** teve um desempenho de 127,42%, alcançando um percentual de 79%. Este resultado reflete, em grande parte, os efeitos das ações do projeto Merecer, executado em 2012 e 2013, e que teve como foco o fortalecimento do reconhecimento profissional. A **“Taxa de Satisfação dos Servidores”**, que engloba diversos indicadores da pesquisa institucional, como a motivação dos servidores e a satisfação com a liderança, também superou a meta, chegando a um percentual de 80%, o que representa um desempenho de 110% .

Outro destaque foram as melhorias implantadas no Sistema Jurisconsult. Em 2015 serão divulgadas as funcionalidades deste sistema junto aos servidores do TCE e público em geral. Estas melhorias irão possibilitar

o (*) Existe uma diferença de 108 processos entre este valor e o constante no Relatório de Desempenho enviado para a Assembléia, devido à exclusão de 108 deliberações de processos de aposentadorias (deliberados em dezembro e excluídos em janeiro).

Em 2014 o Tribunal de Contas executou 66 projetos, sendo: 16 projetos estruturantes, 36 projetos setoriais e 14 projetos operacionais. A **“Taxa de Avanço dos Projetos Estruturantes”** obteve um percentual de 71,58%, o que representa um desempenho de 95% em relação à meta.

Nos últimos anos, o Tribunal vem investindo fortemente na automação dos processos de trabalho referentes ao Controle Externo. O aprimoramento do uso de TI (Tecnologia da Informação) nos processos de controle externo é aferido no Tribunal através do indicador **“Índice de Automação do Processo de Controle Externo”**. A medição deste indicador é feita através do percentual de peças produzidas, nas atividades de controle externo, utilizando os sistemas de TI. Em 2014, a automação do processo de controle externo atingiu o índice de 70,59%, obtendo um desempenho de 96,11% em relação à meta definida.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

1 – INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2012, o TCE-PE concluiu a elaboração do III Plano Estratégico, para o período 2013-2018. Adotando uma metodologia de caráter participativo, com foco nos resultados, foi construída a seguinte identidade organizacional:

NEGÓCIO:

Melhoria da Gestão Pública

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade

VISÃO:

Ser reconhecido como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

Esta identidade organizacional foi definida tendo como lastro os seguintes valores:

VALORES:

***Ética, Transparência, Comprometimento, Efetividade,
Coerência e Imparcialidade***

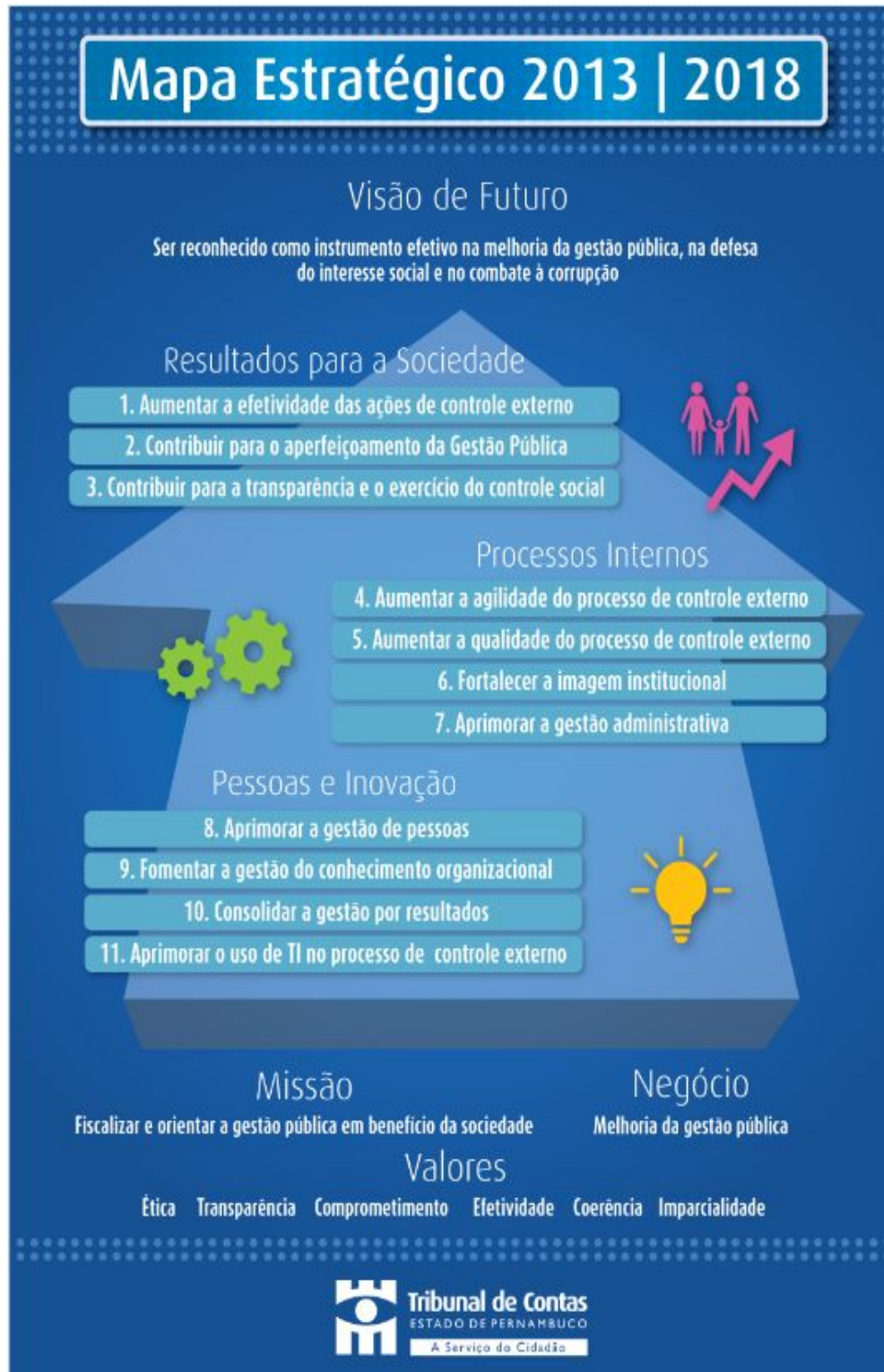


ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Considerando a identidade organizacional elaborada, foram definidos os objetivos estratégicos e estabelecidas as relações de causa e efeito entre eles. Para facilitar a disseminação da estratégia para todos os níveis da Instituição, estes objetivos foram representados graficamente no Mapa Estratégico 20123 - 2018, levando em conta três perspectivas: **Resultados para a Sociedade; Processos internos e Pessoas e Inovação.**



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas



Este relatório foi elaborado tendo por base as perspectivas contidas no Mapa Estratégico do Tribunal e os respectivos objetivos estratégicos, cujas ações e resultados alcançados estão distribuídos em 5 capítulos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

No segundo capítulo - **“Desempenho Institucional”** - constam o valor global do desempenho institucional, o desempenho por perspectivas, as metas mobilizadoras, a quantidade de processos julgados e a síntese dos resultados dos julgamentos.

No terceiro capítulo - **“Resultados para a Sociedade”** - estão descritas as principais ações desenvolvidas referentes aos temas: 1) Efetividade das Ações de Controle Externo, 2) Aperfeiçoamento da Gestão Pública e 3) Transparência e Controle Social.

O quarto capítulo, que trata da perspectiva de **“Processos Internos”**, aborda os seguintes assuntos: 1) Agilidade do Processo de Controle Externo, 2) Qualidade do Processo de Controle Externo, 3) Fortalecimento da Imagem Institucional e 4) Gestão Administrativa e Financeira do TCE-PE.

No quinto capítulo - **“Pessoas e Inovação”** - constam os seguintes temas: 1) Gestão de Pessoas, 2) Gestão do Conhecimento Organizacional, 3) Gestão por Resultados e 4) Uso de Tecnologia da Informação no Controle Externo.

Por fim, no último capítulo - **“Conclusões”**, são mencionados os principais resultados, realizada uma análise final sobre o desempenho da gestão e destacadas algumas ações previstas para 2015.



2 – DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Em 2014, o desempenho institucional alcançado pelo Tribunal, representado pelo avanço dos indicadores estratégicos, foi de **85,12%**, assim distribuídos por perspectivas:

- **Resultados para a Sociedade** = 119,99%
- **Processos Internos** = 80,03%;
- **Pessoas e Inovação** = 101,14%.

Nas perspectivas de “Resultados para a Sociedade” e de “Pessoas e Inovação”, a medição dos indicadores “Índice de Efetividade das Ações de Controle Externo” e “Número de Servidores de Órgãos Jurisdicionados capacitados” contribuíram para a obtenção de um desempenho acima de 100%. Já o indicador “Estoque de Processos Formalizados Há mais de Três Anos” foi o que contribuiu de forma mais negativa para o resultado da perspectiva de “Processos Internos”. No entanto, apesar da meta deste indicador não ter sido alcançada, o Tribunal reduziu o estoque de processos formalizados há mais de três anos, passando de 530 para 193 processos, o que representa um importante avanço.

Para este período, foram definidas duas metas mobilizadoras, ambas relacionadas com a agilidade do processo de controle externo, conforme consta a seguir:

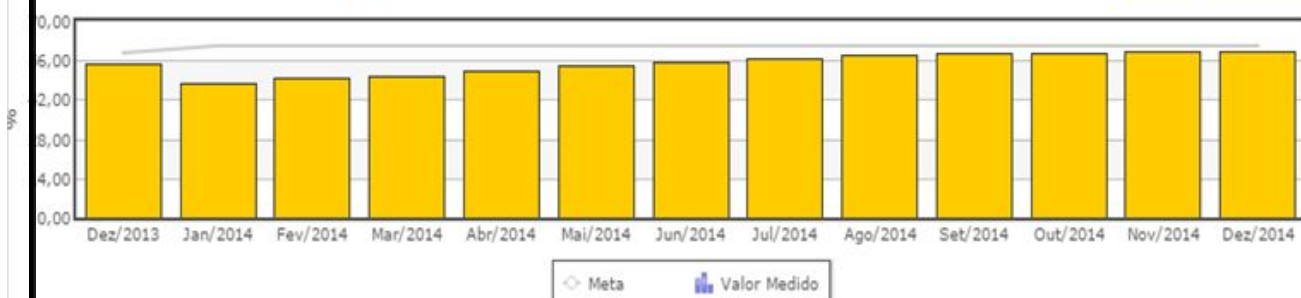
META MOBILIZADORA 1:
Aumentar o Índice de Processos Julgados Tempestivamente para 61,43%.
META MOBILIZADORA 2:
Reduzir para 33,15% o Índice de Estoque dos Processos acima do Prazo de Julgamento.

O “**Índice de Processos Julgados Tempestivamente**” atingiu o percentual de 59,15%, alcançando o desempenho de 96,29% em relação à meta, dando um salto de 4,87 pontos percentuais de dezembro de 2013 a dezembro de 2014, conforme exposto no quadro a seguir:



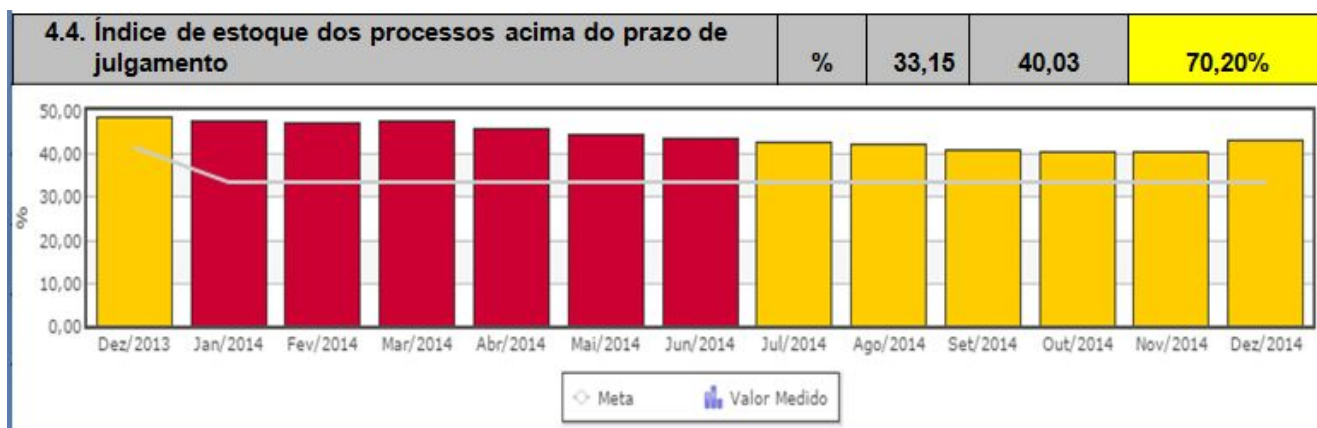
METAS MOBILIZADORAS 2014

Resultados acumulados até o mês de setembro	Und	Meta	Medição	Desempenho
4.3. Índice de processos julgados tempestivamente	%	61,43	59,15	96,29%



(*) A cor amarela das colunas deste gráfico indica que o desempenho do indicador, ao longo do período, foi igual ou superior a 70% e menor do que 100%.

Já o “Índice de Estoque dos Processos acima do Prazo de Julgamento” alcançou o percentual de 43,03%. Considerando a meta prevista (33,15%), o desempenho deste indicador ficou em 70,20%. No entanto, ainda que a meta não tenha sido alcançada, durante o período de dezembro de 2013 a dezembro de 2014, houve uma redução de 5,43 pontos no percentual de processos em estoque acima do prazo de julgamento. O quadro a seguir detalha a evolução deste indicador.



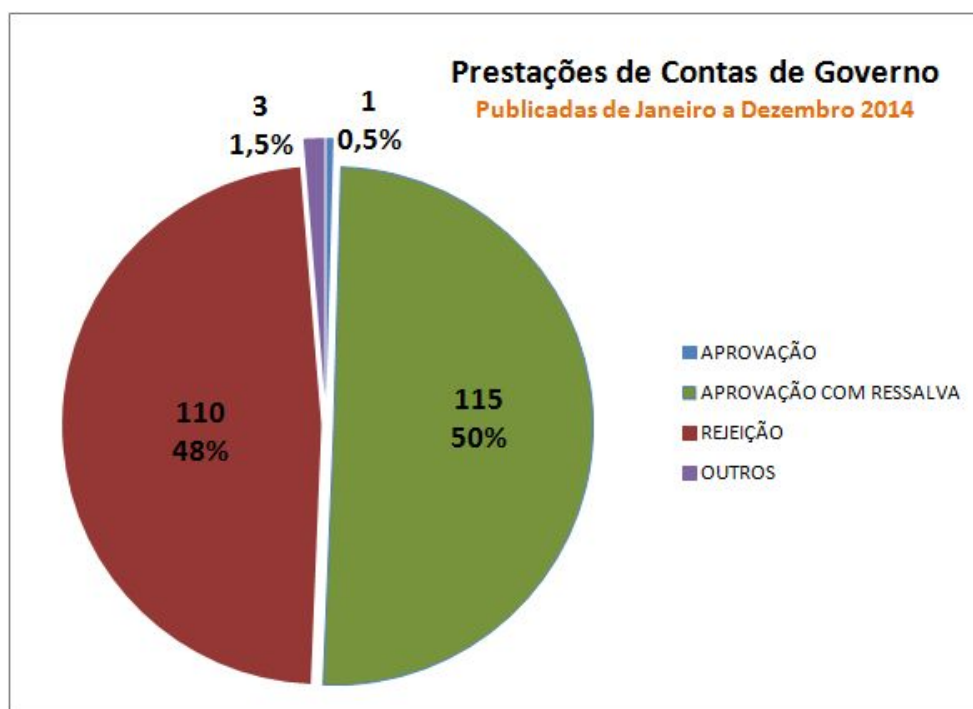
(*) A cor vermelha das colunas deste gráfico indica que o desempenho do indicador foi menor do que 70% e a cor amarela representa um desempenho igual ou superior a 70% e menor do que 100%.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

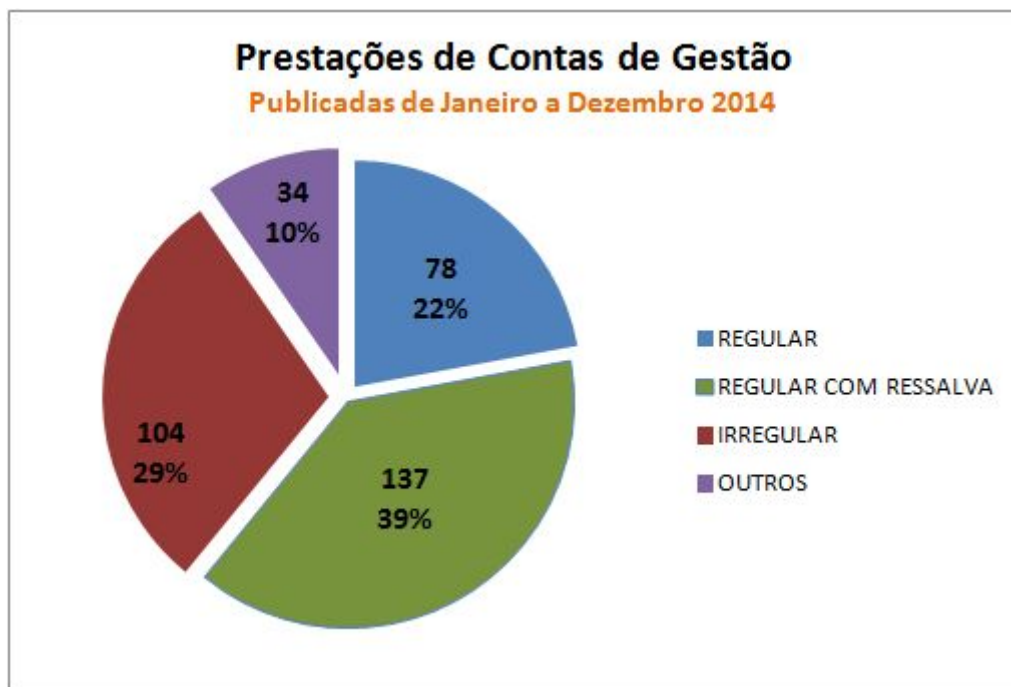
No exercício de 2014, foram julgados 12.069 processos, sendo 10.215 (84,6%) processos referentes a Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR) e 1.854 (15,4%) referentes às demais modalidades processuais.

Em termos de Prestações de Contas, até 31 de dezembro de 2014 foram julgadas 229 Prestações de Contas de Governo e 353 Prestações de Contas de Gestão. Conforme os Pareceres Prévios emitidos, o Tribunal recomendou a rejeição de 48% das Contas de Governo. Com relação às Prestações de Contas de Gestão, 29% foram julgadas irregulares. As sínteses dos resultados destes números estão retratadas nos gráficos a seguir:





ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas



Em termos de Contas de Governo, os principais motivos elencados nos Pareceres Prévios recomendando a rejeição foram os seguintes (consolidando os diversos tipos de redação por tema):

a) PREVIDÊNCIA: Não recolhimento de significativos valores de contribuições previdenciárias (patronal e/ou dos servidores municipais), seja para o regime previdenciário municipal ou para o INSS, causando aumento da passivo e desequilíbrio das contas municipais;

b) GESTÃO DE PESSOAL: Não adoção de medidas eficazes à recondução da despesa com pessoal ao limite previsto na LRF (54%);

c) GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: Contratação de despesa em final de mandato sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa e Assunção de compromissos à conta do FUNDEB sem lastro financeiro;

c) EDUCAÇÃO: Não aplicação de recursos suficientes na manutenção e desenvolvimento do ensino, como previsto na Constituição Federal (25%);

d) SAÚDE: Não aplicação de recursos suficientes em ações e serviços de saúde, como previsto na Constituição Federal (15%).



3 – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Os objetivos estratégicos definidos na Perspectiva **Resultados para a Sociedade** estão direcionados no sentido que o Tribunal proporcione um diferencial no aumento da efetividade de suas ações, na melhoria da gestão pública e no fortalecimento do controle social e da transparência, causando impactos positivos para a sociedade e seus interessados.

De acordo com o Plano Estratégico do Tribunal, esta perspectiva contém três objetivos estratégicos:

- Aumentar a efetividade das ações de controle externo
- Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública
- Contribuir para a transparência e o exercício do controle social

Para cada um destes objetivos serão mencionadas as principais iniciativas e ações, assim como os resultados alcançados, tendo por base as metas definidas e os indicadores de desempenho selecionados.

3.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

A crescente demanda pela eficiência da Administração Pública tem exercido forte influência na atuação dos Tribunais de Contas. Já não basta apenas julgar a legalidade dos atos e das contas públicas mas, sobretudo, contribuir para a melhoria da Gestão Pública e o alcance dos resultados almejados pela sociedade. Neste sentido, estamos concentrando esforços para que as determinações proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco sejam cumpridas por todos os gestores dos órgãos jurisdicionados, provocando as mudanças necessárias em busca da melhoria da gestão pública.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico "Aumentar a efetividade das ações de controle externo", destaca-se o seguinte projeto:

PROJETO	PROPÓSITO DO PROJETO
Aprimoramento da Metodologia de Acompanhamento da Efetividade das Ações de Controle Externo	Aumentar a efetividade das ações de Controle Externo, com foco na arrecadação dos débitos e multas, bem como no cumprimento das determinações emanadas do TCE-PE.

Podemos destacar neste projeto a realização de convênio com IEPTB - Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil, que indicou uma empresa para desenvolver um software para a implementação do protesto das multas imputadas pelo TCE-PE. Em 2015, estão previstas a formalização dos convênios com os cartórios parceiros e a realização do Projeto Piloto do Protesto de Multas.

Os principais resultados alcançados neste objetivo foram os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo	-	R\$ 104.839.506,80	-



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Índice de Efetividade das Ações de Controle Externo	15,75%	16,73%	106,24%
Taxa de Gestores Considerados Inelegíveis pelo TRE	Definição de metas e medição previstas para 2015		

O indicador "**Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo**" calcula a soma dos valores das multas aplicadas, dos débitos imputados e dos benefícios obtidos, nas esferas estadual e municipal. Para efeito deste indicador, considera-se benefício a economia potencial provocada pela atuação preventiva do Tribunal, sobretudo, na análise de procedimentos licitatórios que acarretam redução no preço máximo das aquisições de bens e serviços. Em 2014, os valores das multas aplicadas e dos débitos imputados foram de R\$ 2.596.920,20 e R\$ 24.821.929,68, respectivamente. Já a economia potencial gerada pela atuação preventiva foi de R\$ 77.420.656,92, distribuída da seguinte forma:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Período	Unidades Gestoras	Valor dos Benefícios (R\$)
Janeiro	EMPREL	20.000,00
Março	Prefeitura de Agrestina	381.619,92
Maio	Prefeitura de Lajedo	220.937,00
Junho	Secretaria do Governo	24.500.000,00
Julho	Secretaria Executiva de Ressocialização	15.984,00
	Secretaria de Infraestrutura	128.181,13
	Universidade de Pernambuco	8.338,85
Agosto	Secretaria Executiva de Ressocialização	12.278.836,16
	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	91.727,67
	Prefeitura Municipal de Lagoa dos Gatos	50.199,60
Setembro	Companhia Pernambucana de Gás	832.701,12
	Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife	160.139,82
	Secretaria de Educação e Esportes	2.603.999,44
	SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros	4.393.184,55
Outubro	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	192.679,00
	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	19.788,00
	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	251.500,00
	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	404.531,16
	Prefeitura Municipal dos Palmares	96.455,00
	Prefeitura Municipal de Exu	158.880,00
	Prefeitura Municipal de Dormentes	423.000,00
Novembro	Secretaria de Infraestrutura	664.384,18
	Prefeitura Municipal do Moreno	4.921.790,15
	Prefeitura Municipal do Moreno	850.591,09
Dezembro	SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros	11.209.578,83
	Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes	857.318,85
	Prefeitura Municipal de Ipojuca	3.581.030,40
	Prefeitura Municipal de Rio Formoso	462.525,04
	Prefeitura Municipal de Belo Jardim	1.851.675,49
	Prefeitura Municipal de Gameleira	3.140.513,14
	Secretaria de Turismo	5.900,30
	Secretaria de Infraestrutura	2.642.667,03
TOTAL		77.420.656,92

A cada ano, o Tribunal tem como objetivo intensificar a atuação preventiva, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem. A ênfase está nas auditorias de acompanhamento, análise de editais (licitações e concursos) e emissão de medidas cautelares. Seguem abaixo o tipo e a quantidade de ações relacionadas com a atuação preventiva do Tribunal, durante o exercício de 2014:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas



Já o indicador "**Índice de Efetividade das Ações de Controle Externo**" está sendo calculado pela média ponderada da Taxa de Débitos Arrecadados (Peso 2) e da Taxa de Multas Municipais Arrecadadas (Peso 1). A partir de 2015, este indicador deverá contemplar também a Taxa de Cumprimento das Determinações, a Taxa de Cumprimento dos TAGs - Termos de Ajuste de Gestão, a Taxa de Achados Sanados e a Taxa de Candidaturas Impugnadas.

Concluindo os indicadores estratégicos deste objetivo, a "**Taxa de Gestores Considerados Inelegíveis pelo TRE**", cujo início da medição está previsto para 2015, irá calcular o percentual de candidatos considerados inelegíveis pelo TRE a partir das impugnações impetradas, tendo como motivação as prestações de contas analisadas pelo TCE. Ao monitorar o desempenho deste indicador, o TCE pretende verificar a efetividade das suas ações, passando a contribuir cada vez mais para o fortalecimento dos impactos da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº. 135 de 2010) na sociedade.

3.2 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública

O objetivo estratégico "**Contribuir para o Aperfeiçoamento da Gestão Pública**" está fortemente relacionado com o papel pedagógico e orientador do Tribunal. Para potencializar o alcance deste objetivo, dois projetos são considerados importantes:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

PROJETOS	PROPÓSITOS DOS PROJETOS
TCEndo Planejamento	Disseminar as boas práticas de gestão nos municípios com baixo IDH. Capacitar os gestores para planejar estrategicamente as ações que alavancarão a qualidade dos serviços públicos prestados.
TCEndo Ouvidorias	Realizar ações de desenvolvimento para implantação e gestão de Ouvidorias Públicas Municipais, de modo a: <ul style="list-style-type: none">● Fomentar a política de uso de ouvidorias públicas nos municípios;● Estimular a melhoria da gestão e a criação de ouvidorias, com foco no cumprimento da Lei de Acesso à Informação;● Capacitar os jurisdicionados, através da Escola de Contas Públicas, Professor Barreto Guimarães - ECPBG, no processo de criação e gestão de ouvidorias, à luz dos comandos da Lei de Acesso à Informação;● Contribuir para a transparência no serviço público, mediante a ampliação do canal entre o cidadão e os órgãos dos poderes municipais.

No que se refere ao projeto “**TCEndo Planejamento**”, foi realizado um levantamento dos Indicadores de Governança de 580 entes públicos de Pernambuco, obtendo-se um índice de resposta de 57%, o que foi considerado como muito positivo para um primeiro ciclo. Para 2015, estão previstas a realização do Seminário sobre Gestão e Governança e a oferta de treinamentos direcionados para os entes públicos.

O projeto “**TCEndo Ouvidorias**” teve como destaque a realização do curso sobre a Criação e Gestão de Ouvidorias, com destaque para as determinações da Lei de Acesso à Informação. Para março de 2015, está prevista a realização do Seminário sobre o Papel da Ouvidoria como Canal de Implementação da Transparência no Serviço Público.

Além destes projetos, foram desenvolvidas pela Escola de Contas várias ações de capacitação em tópicos importantes, visando aprimorar o desempenho dos servidores públicos das entidades fiscalizadas. Em 2014, a Escola de Contas ministrou **112 turmas**, capacitando **5.246** servidores de órgãos jurisdicionados. Esses cursos foram direcionados para diversas áreas, com destaque para os seguintes temas: utilização do Processo Eletrônico no TCE, licitação pública, contabilidade aplicada ao Setor Público, orçamento e finanças públicas, atos de admissão de pessoal, auditoria em folha de pagamento e gestão de fundos de previdências municipais.

O desempenho alcançado foi o seguinte:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Número de Servidores de Órgão Jurisdicionados Capacitados	2.320	5.246	226,12%



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Este indicador, “**Número de Servidores de Órgãos Jurisdicionados Capacitados**”, apresentou um resultado bem superior ao definido como meta, alcançando um desempenho de 226,12%. Duas ações contribuíram de forma mais direta para este desempenho:

- a) Promoção de um grande número de capacitações relacionadas com o uso do processo eletrônico de prestação de contas. Estas capacitações foram oferecidas na modalidade EaD - Ensino à Distância.
- b) Divulgação das capacitações de forma mais ampla e com boa antecedência.

3.3 – Transparência e Controle Social

Por meio do uso de mídias sociais, produção de reportagens, material em blogs e da veiculação de vídeos na TV TCE, o Tribunal pretende se aproximar cada vez mais dos seus diversos públicos. Divulgando as fiscalizações realizadas e os benefícios gerados para a população, além de contribuir para a transparência na gestão pública, vem estimulando também o controle social, o que tem contribuído para a concretização dos resultados desejados. Com esta mesma intenção, outras iniciativas vem sendo realizadas como, por exemplo, o TCEndo Cidadania, o trabalho da Ouvidoria e a divulgação do Portal do Cidadão, que serão mencionadas a seguir.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico “**Contribuir para a Transparência e o Exercício do Controle Social**”, foi iniciado, em 2014, o seguinte projeto:

PROJETO	PROPÓSITO DO PROJETO
TCE na Mídia	Aumentar o grau de conhecimento da sociedade sobre o TCE-PE. Ampliar a transparência e o estímulo ao controle social. Aprimorar a comunicação externa.

Um dos destaques deste projeto foi o lançamento da **TV TCE**, que já pode ser acessada no site do Tribunal e que tem por objetivo exibir reportagens sobre as ações de fiscalização, inspeções, auditorias e julgamentos do Tribunal, revelando os benefícios deste trabalho na vida do cidadão.

Alguns resultados destes trabalhos foram medidos através dos indicadores listados na tabela a seguir:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Varição do Relacionamento da Sociedade com o Portal do Cidadão	5%	-8,67%	-173,40%
Tempo Médio de Conclusão das Demandas do Cidadão	110 dias	80 dias	126,95%
Idade Média do Estoque das Demandas do Cidadão	190 dias	374 dias	3,40%
Número de Pessoas Estimuladas ao Controle Social	8.000	7.785	97,31%



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

O Portal do Cidadão, também disponível no site do Tribunal, é outro importante instrumento de controle social, pois permite que o cidadão tenha acesso a informações detalhadas sobre a gestão do seu município e passe a acompanhar a aplicação dos recursos públicos da sua região. Com base nestas e em outras informações, qualquer cidadão pode participar de forma mais ativa, fornecendo subsídios importantes para a atuação do TCE. O indicador que afere o desempenho deste Portal é a **“Variação do Relacionamento da Sociedade com o Portal do Cidadão”**. O avanço deste **relacionamento** é medido através da variação da quantidade de acessos, do número de páginas visitadas, do tempo médio de duração das visitas e da taxa de retorno de visitantes. Esta variação é calculada considerando os dados acumulados no período atual com os dados do mesmo período do ano anterior. Em 2015, apesar da divulgação promovida pelo Tribunal, o desempenho do seu indicador ficou abaixo do desejado. Isto ocorreu, em grande parte, devido ao fato de 2013 ter sido um ano de muita mídia espontânea em virtude do lançamento de importantes portais sobre obras, educação, saúde e outros. Sendo assim, o excelente desempenho de 2013 terminou influenciando negativamente os resultados deste indicador. No entanto, para 2015 estão previstas novas ações de divulgação do Portal, o que, com certeza, fortalecerá ainda mais a transparência e o controle social.

Já os indicadores **“Tempo Médio de Conclusão das Demandas do Cidadão”** e **“Idade Média do Estoque das Demandas do Cidadão”** refletem o impacto da atuação da Ouvidoria no objetivo em questão. Graças a uma postura mais proativa, adotada pela equipe técnica da Ouvidoria, várias demandas recebidas mais recentemente passaram a ser solucionadas internamente, o que fez com que a quantidade destas demandas em estoque e o tempo médio de atendimento fossem diminuindo ao longo de 2014. Vale ressaltar que, durante este período, o estoque foi reduzido em mais de 50%, revelando os esforços emvidados e os resultados obtidos. No entanto, apesar destes avanços, a redução do estoque e, principalmente, a conclusão do número de demandas mais recentes, elevou a idade média das demandas remanescentes. Para 2015, estão previstas ações direcionadas para a redução da idade média das demandas, o que fortalecerá a confiança do cidadão nos serviços prestados por este segmento do Tribunal, sendo mais um estímulo para a participação da população no combate à má gestão dos recursos públicos.

Outro importante trabalho desenvolvido pelo Tribunal em favor da transparência e do controle social tem sido realizado através do programa **TCEndo Cidadania**. Este programa tem por finalidade desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando sua participação na gestão pública e aproximando o TCE-PE da população, através de ações esclarecedoras sobre seu papel institucional e sua forma de atuação. Este programa é composto das seguintes ações: a) Escola da cidadania; b) Fórum TCEndo Cidadania; c) Capacitação para membros dos Conselhos Municipais e Estaduais. O referido programa, que ao longo dos últimos anos vem recebendo diversos prêmios, atingiu 7.785 participantes durante o exercício de 2014.



4 – PROCESSOS INTERNOS

A perspectiva “**Processos Internos**” do Mapa Estratégico do Tribunal de Contas está sendo analisada de acordo com os seguintes assuntos: 4.1) Agilidade do Processo de Controle Externo; 4.2) Qualidade do Processo de Controle Externo; 4.3) Fortalecimento da Imagem Institucional e 4.4) Gestão Administrativa e Financeira do TCE-PE.

4.1 – Agilidade do Processo de Controle Externo

Este objetivo está diretamente ligado com a busca pela eficiência e, conseqüentemente, contribui para o alcance da efetividade dos serviços prestados à sociedade. Para potencializar o alcance deste objetivo, foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

PROJETOS	PROPÓSITOS DOS PROJETOS
Processo Eletrônico – Fase 2	Maior celeridade processual e segurança da informação. Melhor gestão do trâmite processual. Implantar o processo eletrônico no TCE-PE para as modalidades "Prestação de Contas de Governo" e "Prestação de Contas de Gestão".
Implantação da Nova Sistemática de Distribuição de Processos - Julgamento	Aumentar a agilidade e qualidade processual. Otimizar a sistemática de distribuição processual.
Alinhamento da Estrutura Organizacional do TCE-PE	Alinhar à Estrutura Organizacional as necessidades do Tribunal. Reestruturar a área de instrução e julgamento. Regulamentar a composição e a nomenclatura das unidades organizacionais e seus respectivos cargos e funções. Adequar a estrutura de instrução e julgamento, a fim de atender as necessidades de qualidade e agilidade processual.
Melhoria dos Processos de Contas de Gestão e de Contas de Governo	Melhorar a qualidade e produtividade através da racionalização dos processos de contas de gestão e de contas de governo.



Implementação de Melhorias no Processo Cautelar	Implantar as modificações e os melhoramentos aprovados no redesenho do Processo Cautelar. Integração dos sistemas informatizados de auditoria evitando retrabalho, atraso na conclusão das auditorias, dificuldade de aferição de desempenho, atuação desfocada, pulverizada e descoordenada.
Implementação de Melhorias no Processo de Termo de Ajuste de Gestão (TAG)	Tornar executável o novo modelo de Processo de Termo de Ajuste de Gestão aprovado. Padronização, regulamentação e redução do tempo do processo.
Operação Todos por Um	Realizar ações junto às áreas responsáveis pelo processo de controle externo para reduzir o estoque de processos fora do prazo de julgamento
Implementação do Sistema PMPC (Produtividade do Ministério Público de Contas - MPCO)	Aumentar a produtividade do MPCO - Ministério Público de Contas na elaboração das peças processuais. Diminuir o tempo médio do processo no MPCO - Ministério Público de Contas Maior celeridade na identificação do entendimento firmado por um Procurador/julgador sobre um determinado tema do Controle Externo.

Os principais produtos do projeto **Processo Eletrônico - Fase 2** foram: a) Módulos de credenciamento dos jurisdicionados e de coleta da prestação de contas eletrônica desenvolvidos; b) Capacitações para os jurisdicionados realizadas; c) Prestação de contas anual exclusivamente por meio eletrônico regulamentada; d) Fluxos de trabalho aprimorados; e) Modelos de peças processuais eletrônicas definidas. Com isso, em 2015, todas as prestações de contas de governo e gestão serão enviadas para o TCE eletronicamente, o que irá resultar em maior celeridade, com menor custo e maior segurança das informações processadas.

Outros resultados importantes relacionados com este objetivo estratégico foram: a) Melhoria da agilidade processual acompanhada e promovida pela Operação Todos por UM; b) Unidades organizacionais do TCE regulamentadas por Resolução; c) Modelos para o aprimoramento do processo de prestação de contas de gestão e governo concluído; d) Nova proposta de distribuição de processos elaborada e aprovada.

Alguns resultados destes trabalhos foram medidos através dos indicadores listados na tabela a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Índice de Processos Julgados Tempestivamente	61,4%	59,15	96,29
Índice de Estoque de Processos Acima do Prazo de Julgamento	33,2%	43,03	70,20
Tempo Médio dos Processos Julgados	289 dias	303	95,16
Idade Média dos Processos em Estoque	348 dias	392	87,36
Estoque de Processos Formalizados Há Mais de Três Anos	106	193	17,92

Em 2014, 7.229 processos foram julgados dentro do prazo considerado tempestivo. Restam no estoque 2.635 processos fora do prazo, 1.073 a menos do que em dezembro de 2013. Com relação aos processos formalizados há mais de 03 anos, o estoque passou de 530 para 193 processos.

Ainda com relação à tempestividade, devemos destacar a modalidade Auto de Infração como a mais tempestiva no ano de 2014, tendo 85,71% dos processos julgados dentro prazo. Aposentadoria é a modalidade com o maior número de processos fora do prazo, 1.152 em dezembro de 2014, seguido por Admissão de pessoal com 576.

4.2 – Qualidade do Processo de Controle Externo

Este objetivo está diretamente ligado com a excelência nos serviços prestados à sociedade. Encontrar o ponto de equilíbrio entre a desejável qualidade, sem perder de vista o compromisso com a celeridade, é um desafio que o Tribunal vem empreendendo esforços para superar.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico "**Aumentar a Qualidade do Processo de Controle Externo**", foram executadas, em 2014, os seguintes projetos:

PROJETOS	PROPÓSITOS DOS PROJETOS
Modernização da Metodologia de Auditoria - Fase 2	Uniformizar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da fiscalização do TCE - PE, alinhando-os às Normas de Auditoria Governamental.
Programa de Gestão da Qualidade das Peças Processuais	Conhecer e socializar informações sobre a qualidade das peças produzidas internamente, a exemplo de Relatórios e Laudos de Auditoria e Notas Técnicas, a partir da aderência aos padrões de auditoria definidos pela Coordenadoria de Controle Externo; Pesquisar e implantar sistema informatizado para apuração de qualidade das peças de modo a evitar ou minimizar eventuais retornos processuais decorrentes de falhas na área de instrução.
Estruturação da Área de Planejamento de Fiscalização	Estruturar atividades de planejamento relacionadas às auditorias no âmbito da CCE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Os estudos realizados junto ao TCU e TCDF, no âmbito do “**Programa de Gestão de Qualidade das Peças Processuais**”, resultaram na criação da Gerência de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria (GAUD), subordinada à CCE - Coordenadoria de Controle Externo, que realizará o trabalho em parceria com a Corregedoria Geral. Esta nova gerência irá efetuar o controle de qualidade na instrução do processo de controle externo; planejar fiscalizações orientadas, mediante programas de auditoria padrão, para as unidades subordinadas à Coordenadoria de Controle Externo; realizar pesquisas e desenvolver métodos, técnicas e normas para trabalhos de fiscalização; desenvolver e acompanhar projetos e medidas voltados ao constante aprimoramento do controle externo, dentre outras atribuições.

Como principais resultados do projeto “**Estruturação da Área de Planejamento e Fiscalização**” destacam-se: a) A publicação do normativo sobre a nova área de planejamento das fiscalizações e auditorias que definiu os novos procedimentos a serem adotados; b) Os BI - *Business Intelligence* de Risco Estadual, de Risco Municipal, do Sagres e das consultas de auditoria definidas e implementadas.

Os principais resultados foram os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Índice de Qualidade das Peças Processuais	Definição de meta e medição previstas para 2015		
Taxa de Nulidade das Deliberações	1,05	0,93	111,86%

Das 1.945 deliberações publicadas em 2014, apenas 18 foram anuladas, o que representa um incidência mínima de erros no julgamento dos processos, evidenciando uma melhoria na qualidade se comparado com os anos anteriores que tiveram uma taxa de 1,16% em 2012 e 1,09% em 2013. O resultado almejado para 2018 é uma taxa de 0,85% de nulidade.

4.3 - Fortalecimento da Imagem Institucional

A imagem institucional é o resultado do balanço entre as percepções positivas e negativas que uma entidade passa para o seu público. Este objetivo busca fortalecer a percepção positiva que os clientes internos e externos têm do TCE-PE.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico “**Fortalecer a Imagem Institucional**”, foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

PROJETOS	PROPÓSITOS DOS PROJETOS
Comunica TCE-PE	Elevar o nível de conhecimento do TCE-PE pela sociedade. Adequar a comunicação do Tribunal às necessidades da sociedade. Disciplinar a gestão da comunicação interna e externa.
Carta de Serviços ao Cidadão	Garantir ao cidadão o pleno acesso aos serviços prestados pelo TCE-PE a partir da divulgação e detalhamento desses serviços, fortalecendo a confiança e a credibilidade da instituição perante a sociedade.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Amigo da Ouvidoria	Responder as demandas do cidadão com maior agilidade e qualidade.
Utilização de Tecnologia <i>Mobile</i> para Fortalecer a Imagem institucional	Aumentar a interação da sociedade com o TCE-PE, através do desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis.

Dentre as atividades desenvolvidas no projeto “**Comunica TCE-PE**”, destacamos a aprovação da nova Política de Comunicação, que irá estabelecer diretrizes internas e externas para troca e disponibilização de informações. Além disto, outro produto importante foi o estudo realizado, em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), para definir a estratégia da presença do TCE nas redes sociais, um dos insumos necessários para que seja elaborado, em 2015, o novo Plano de Comunicação do TCE.

A primeira versão da “**Carta de Serviços do TCE-PE**” já está disponível no site do Tribunal de Contas, como o produto principal do projeto. É uma ferramenta de transparência, que oferece ao público acesso rápido aos serviços prestados pelo TCE. A Carta segue as especificações do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), iniciativa que mede a efetividade dos programas e tem como objetivo melhorar o atendimento ao cidadão.

O projeto “**Amigo da Ouvidoria**” teve como principal resultado a publicação de uma Ordem de Serviço Conjunta CCE - Coordenadoria de Controle Externo e Ouvidoria. Esta Ordem de Serviço define os procedimentos a serem adotados pelos corpos técnicos da duas áreas em relação às demandas do cidadão. Com isso a Ouvidoria pretende que as demandas do cidadão sejam atendidas com maior qualidade e agilidade.

No projeto “**Utilização de Tecnologia *Mobile* para Fortalecer a Imagem Institucional**” foram desenvolvidos os protótipos das plataformas Android e iOS para a nova versão do aplicativo Cidadão TCE, faltando apenas disponibilizá-los na Play Store, o que deve acontecer em 2015. Esta nova versão permitirá intensificar a interação da sociedade com o Tribunal, através da publicação de serviços, notícias e resultados obtidos pela Instituição.

Os principais resultados obtidos foram os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Índice de Percepção da Imagem Institucional	Definição de meta e medição previstas para 2015		
Mídia espontânea (custo equivalente)	R\$ 4.401.537,00	R\$ 3.954.111,00	89,83%

A mídia espontânea corresponde às notícias sobre o TCE-PE em jornais impressos, rádios, TV's e mídias digitais. O TCE-PE busca incentivar esta divulgação espontânea, fomentando a transparência e a aproximação com o cidadão. Em 2014, os valores que seriam gastos na divulgação da imagem institucional, caso a mídia não fosse espontânea, seria de R\$ 3.954.111,00. Um dos fatores que contribuíram para este resultado foi a grande cobertura pela imprensa das visitas do Presidente às inspetorias regionais do Tribunal.

4.4 - Gestão Administrativa e Financeira



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

A boa gestão administrativa, financeira e o planejamento estratégico são fatores essenciais para o desenvolvimento eficaz e o crescimento estruturado de qualquer organização, seja ela pública ou privada. Para potencializar o alcance do objetivo estratégico "**Aprimorar a Gestão Administrativa**", foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

PROJETOS	PROPÓSITOS DOS PROJETOS
Implantação do Gerenciamento de Custos no Processo de Controle Externo	Efetuar a apropriação de custos no processo de controle externo. Adequar o TCE-PE às normas de contabilidade aplicadas ao setor público.
Ampliação e Adequação da Infraestrutura dos Imóveis do TCE-PE	Melhorar as condições de infraestrutura dos imóveis do TCE-PE, visando à otimização da produtividade dos servidores. Elevar o grau de satisfação dos servidores e da sociedade com a infraestrutura do TCE-PE.
Tramitação sem Papel - Fase 2	Implementar a tramitação eletrônica de documentos, de forma que seja mais rápida, segura e eficaz. Reduzir o consumo de insumos inerentes à documentação física como papel e serviços de impressão. Disseminar cultura de sustentabilidade que atinge a redução drástica da utilização de papel e outros insumos.
Aprimoramento do Monitoramento Eletrônico do Processo de Aquisição de Bens e Serviços	Aprimorar o monitoramento eletrônico do processo de contratação de bens e serviços.

Foram realizados vários ajustes no sistema de monitoramento eletrônico do processo de aquisição de bens e serviços, dentre eles a criação de alertas informando a média do tempo total e em cada uma das fases que compõem o processo de aquisição. O sistema ficou mais consistente e confiável, contribuindo para a melhoria do processo de aquisições de bens e serviços do Tribunal.

Outros resultados obtidos foram: a) Conclusão das reformas de algumas inspetorias regionais; b) Melhoria da mobilidade e acessibilidade dos ambientes de trabalho; c) Criação do processo administrativo eletrônico e a sua adaptação ao Sistema de Protocolo Eletrônico (PETCE).

Os principais resultados foram os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
-----------	------	--------------	------------



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Taxa de Satisfação com a Infraestrutura	81%	81%	100%
--	-----	-----	------

Através da pesquisa institucional, realizada anualmente, identificou-se que 81% dos servidores estão satisfeitos com os principais serviços prestados ou disponibilizados pela administração referentes à infraestrutura. O TCE-PE almeja alcançar um nível de satisfação de 85% até 2018.



5 – PESSOAS E INOVAÇÃO

A perspectiva “**Pessoas e Inovação**” é a base para a obtenção dos objetivos relacionados nas outras perspectivas. Para tanto, o Tribunal estabeleceu metas importantes relacionadas com os seguintes temas: 1) Gestão de Pessoas, 2) Gestão do Conhecimento Organizacional, 3) Gestão por Resultados e 4) Uso de Tecnologia da Informação no Controle Externo.

5.1 – Gestão de Pessoas

Promover o desenvolvimento profissional e gerencial, aprimorar o desempenho funcional, valorizar a meritocracia e elevar o grau de motivação e satisfação dos servidores são importantes conquistas que o Tribunal pretende alcançar com o objetivo estratégico “**Aprimorar a Gestão de Pessoas**”.

Para potencializar o alcance das metas deste objetivo foi executado, em 2014, o seguinte projeto:

PROJETO	PROPÓSITOS DO PROJETO
Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento e Desempenho - PEDD	<p>Proporcionar oportunidades para o servidor evoluir na consolidação das competências, no desempenho e na carreira, reforçando o comprometimento com os objetivos da instituição.</p> <p>Aprimorar o desempenho individual e institucional, no rumo dos resultados desejados, favorecendo o desenvolvimento dos seus servidores.</p>

Este projeto concluiu boa parte das metas previstas para este ano, tais como o levantamento dos insumos para a construção do Plano, a identificação dos fatores que interferem no desempenho profissional, a análise dos resultados para aprimoramento do desenvolvimento e desempenho e o levantamento das necessidades para adequação do Sistema de Avaliação de Desempenho .

Os principais resultados deste objetivo foram os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Taxa de Atendimento da Expectativa de Desempenho dos Servidores	92%	94,77%	103%
Taxa de Cumprimento do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual	95%	87%	92%
Taxa de Satisfação dos Servidores	73%	80%	110%
Taxa de Percepção da Valorização da Meritocracia no TCE	62%	79%	127%



A **valorização da Meritocracia** foi um dos grandes destaques deste objetivo, com um desempenho de 127,42%. Este resultado reflete, em grande parte, os efeitos das ações do projeto Merecer, executado em 2012 e 2013, e que teve como foco o fortalecimento do reconhecimento profissional. Este projeto utilizou como fonte a nota de avaliação do desempenho individual, alinhada à nota do desempenho institucional. Da mesma forma, a **“Taxa de Satisfação dos Servidores”** também obteve um resultado acima da meta estipulada, pois a mesma engloba diversos indicadores da pesquisa institucional, como a valorização da meritocracia, a motivação dos servidores e a satisfação com a liderança, que obtiveram desempenho acima do esperado

Já a **“Taxa de Cumprimento do PDI – Plano de Desenvolvimento Individual”** ficou próxima do atingimento da meta, com um desempenho um pouco abaixo do esperado, 92%, tendo sido planejado para 2015 a implantação de um programa voltado para a melhor definição das necessidades de desenvolvimento, buscando ampliar a abrangência das capacitações para os servidores.

5.2 – Gestão do Conhecimento Organizacional

O conhecimento desempenha papel fundamental em qualquer organização. No entanto, apenas "saber muito" sobre alguma coisa não proporciona, por si só, melhores resultados. O grande diferencial está em criar e implantar processos que gerenciem, armazenem e disseminem o conhecimento. Buscando alcançar este diferencial, o Tribunal vem executando alguns projetos, todos relacionados com as boas práticas de Gestão do Conhecimento Organizacional.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico **"Fomentar a gestão do conhecimento"**, foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

AÇÃO/PROJETO	PROPÓSITO DO PROJETO
Aprimoramento do Sistema de Jurisconsult do TCE-PE	Disponibilizar para o público interno e externo o posicionamento do TCE-PE acerca de temas específicos. Subsidiar os trabalhos da área de julgamento. Proporcionar maior celeridade e qualidade das peças processuais, evitando o retrabalho. Viabilizar a identificação de entendimentos pacificados pelo TCE-PE para proposição de enunciados de súmulas.
Implantação da Política de Segurança da Informação	Proteger adequadamente as informações recebidas e produzidas no Tribunal.

Em 2014 foram implantadas melhorias no **Sistema Jurisconsult** e em 2015 serão divulgadas as funcionalidades deste sistema junto aos servidores do TCE e público em geral. Estas melhorias irão possibilitar o acesso dos servidores, dos jurisdicionados e dos cidadãos comuns aos posicionamentos adotados pelo TCE, além de subsidiar os trabalhos da Área de Julgamento, na medida em que irão disponibilizar os entendimentos pacificados pelo Tribunal, dando maior celeridade e qualidade às peças processuais.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Com relação ao projeto de Implantação da **Política de Segurança da Informação**, foram implantadas as Portarias das Políticas (de SI e de uso aceitável de TI).

O indicador definido para medir o resultado deste objetivo foi o seguinte:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Taxa de Percepção das Boas Práticas Relacionadas à Gestão do Conhecimento	-	59%	-

A “**Taxa de Percepção das Boas Práticas Relacionadas à Gestão do Conhecimento**” retrata a percepção dos servidores com relação às boas práticas de Gestão do Conhecimento do Tribunal. De acordo com a Pesquisa Institucional realizada em 2014, 59% dos participantes consideraram que o Tribunal estabelece um ambiente que propicia a troca de conhecimento e compartilhamento de boas práticas entre as unidades. Com relação ao desempenho deste indicador, este só poderá ser medido a partir de 2015, ocasião em que será estipulada a sua meta.

5.3 – Gestão por Resultados

A Gestão por Resultados tem como maior propósito transformar intenções estratégicas em resultados concretos. Identificar as necessidades de melhoria da organização, planejar e executar os projetos necessários, monitorando os resultados em tempo real, acelera a execução das ações e “faz acontecer” os resultados pactuados. A avaliação sistemática dos resultados, promove a aprendizagem organizacional e a comunicação das ações realizadas e das metas atingidas. Neste sentido, o Tribunal vem estruturando e aplicando o seu modelo de Gestão por Resultados, buscando gerenciar os seus recursos financeiros e intelectuais da forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

Para potencializar o alcance do objetivo estratégico “**Consolidar a Gestão por Resultados**”, foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

AÇÃO/PROJETO	PROPÓSITOS DOS PROJETO
--------------	------------------------



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Acompanhamento da Estratégia e do Desempenho do TCE-PE	<p>Consolidar o modelo de acompanhamento da estratégia e do desempenho do TCE-PE, através de uma sistemática de monitoramento e avaliação.</p> <p>Contribuir para a implantação da cultura da Gestão por Resultados no TCE-PE.</p> <p>Oferecer insumos para consolidar a meritocracia e a profissionalização dos serviços realizados.</p>
Estruturação e Implantação do Modelo de Governança de TI do TCE-PE	<p>Melhorar o Índice de Governança de TI - iGovTI</p> <p>Racionalizar os processos de contratações de bens e serviços de TI.</p>

A execução do projeto “**Acompanhamento da Estratégia de Desempenho do TCE-PE**” facilitou o desenvolvimento de algumas ações importantes, tais como: a) Realização de benchmarking com outros órgãos; b) Implantação do plano de comunicação sobre os resultados das Áreas e Institucional; c) Realização de reuniões de monitoramento e análise dos resultados, assim como de análise da estratégia. Através destas ações, vários indicadores foram aprimorados e algumas metas ajustadas. Além disto, as reuniões de monitoramento realizadas sistematicamente foram fundamentais para a identificação dos principais problemas e das medidas corretivas necessárias para o alcance dos resultados desejados.

Já o projeto de “**Estruturação e Implantação do Modelo de Governança de TI do TCE-PE**” foi suspenso em virtude do foco da equipe de TI no projeto de Implantação do Processo Eletrônico, considerado prioritário para o TCE. Esse projeto será retomado em 2015.

Os principais resultados são os seguintes:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Taxa de Avanço dos Projetos Estruturantes	75,17%	72,25%	95%
Taxa de Percepção de Mudança da Atuação do TCE na Gestão por Resultados	71,00%	83,00%	117%

Em 2014 o Tribunal de Contas executou 66 projetos, sendo: 16 projetos estruturantes, 36 projetos setoriais e 14 projetos operacionais. A “**Taxa de Avanço dos Projetos Estruturantes**” teve um desempenho satisfatório, alcançando 95% do valor definido na meta. A relação a seguir demonstra o desempenho de cada projeto estruturante:

PROJETOS ESTRUTURANTES	DESEMPENHO
Aprimoramento do Sistema Jurisconsult - Fase 1	100,82%
Alinhamento da Estrutura Organizacional do TCE	98,22%
Automação de Auditoria	100%



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Comunica TCE - Política e Plano de Comunicação	109,38%
Diagnóstico SAI-PMF & QATC	90,98%
Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento e Desempenho	101,59%
Implantação da Nova Sistemática de Distribuição de Processos - Julgamento	87,35%
Implantação da Política de Segurança da Informação	88,35%
Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento	100%
Modernização da Metodologia de Auditoria - Fase 2	85,55%
Processo Eletrônico - Fase 2	94,29%
Programa de Gestão da Qualidade das Peças Processuais	100%
SAGRES	98,62%
TCE na Mídia	100%
TCEndo Planejamento	82,53%

Além desses projetos, tem também o projeto estruturante “**Aprimoramento da Metodologia de Acompanhamento da Efetividade das Ações de Controle Externo**”, que foi suspenso por falta de previsão na entrega do software que está sendo desenvolvido.

O indicador estratégico “**Taxa de Percepção de Mudança da Atuação do TCE na Gestão por Resultados**” teve um desempenho superior à expectativa inicial (117%), provavelmente devido ao aprimoramento dos indicadores adotados, ao trabalho de divulgação do Planejamento Estratégico e ao envolvimento dos gerentes e dos servidores no monitoramento e na análise dos resultados.

5.4 – Uso de Tecnologia da Informação no Controle Externo

O objetivo estratégico “**Aprimorar o Uso de TI no Processo de Controle Externo**” traduz o interesse de desenvolver, adotar e integrar ferramentas e sistemas de TI nos trabalhos realizados pelas quatro áreas do Tribunal que estão diretamente relacionadas com o processo de controle externo: Formalização, Instrução, Julgamento e Publicação. Busca-se, assim, promover maior agilidade e qualidade aos trabalhos desenvolvidos.

Para potencializar o alcance deste objetivo foram executados, em 2014, os seguintes projetos:

AÇÃO/PROJETO	PROPÓSITO DO PROJETO
--------------	----------------------



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - SAGRES	<p>Dar celeridade ao envio de informações obrigatórias ao TCE-PE por meio digital.</p> <p>Contribuir para o aperfeiçoamento do controle interno.</p> <p>Auxiliar o controle externo e o controle social.</p> <p>Proporcionar maior transparência à gestão dos recursos públicos.</p>
Automação de Auditoria	<p>Criar e integrar tecnologias (sistemas de informação, ferramentas de TI e bases de dados) com o intuito de fornecer recursos automatizados para detecção de fraudes, planejamento e execução de auditorias.</p> <p>Gerar ganhos tanto na qualidade quanto na produtividade das equipes de auditoria.</p>

Dentre os resultados do projeto SAGRES em 2014 destacam-se a introdução de certificação digital no sistema Coletor para envio dos dados ao TCE e a evolução do sistema de Licitações e Contratos através de uma melhoria na interface com o usuário.

No projeto "**Automação da Auditoria**" vários sistemas de uso pelas equipes de auditoria foram atualizados e novas versões foram lançadas, inclusive com manual para utilização por parte dos usuários.

O resultado obtido neste objetivo estratégico está sendo aferido pelo seguinte indicador:

INDICADOR	META	VALOR MEDIDO	DESEMPENHO
Índice de Automação do Processo de Controle Externo	73,45%	70,59%	96,11%

Nos últimos anos, o Tribunal vem investindo fortemente na automação dos processos de trabalho referentes ao Controle Externo. A área de fiscalização já dispõe de dados estruturados relativos à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e à folha de pagamento da grande maioria dos jurisdicionados municipais. Para viabilizar a análise e o cruzamento do grande volume de dados coletados, foi adquirida uma ferramenta de BI (*Business Intelligence*). Essa ferramenta tem auxiliado os servidores principalmente na fase de planejamento das auditorias, identificando áreas e órgãos em que há maior risco de desvios nas condutas administrativas.

Além dos dados sistematizados, o TCE-PE tem avançado também na informatização das ferramentas de suporte ao processo de trabalho. Essas ferramentas tem por objetivo principal automatizar as atividades de menor complexidade, permitindo uma análise mais aprofundada das informações prestadas pelos órgãos jurisdicionados. É o caso dos sistemas e-AUD (Planejamento e Execução Eletrônico de Auditorias), PA-e (Programa Eletrônico de Auditoria) e Prever (Cálculo de Aposentadorias e Pensões), que auxiliam na elaboração do relatório de auditoria.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

O aprimoramento do uso de TI (Tecnologia da Informação) nos processos de controle externo é aferido no Tribunal através do indicador “**Índice de Automação do Processo de Controle Externo**”. A medição deste indicador é feita através do percentual de peças produzidas, nas atividades de controle externo, utilizando os sistemas de TI. Em 2014, a automação do processo de controle externo atingiu o índice de 70,59%, obtendo um desempenho de 96,11% em relação à meta definida.



6 – CONCLUSÕES

Para alcançar, em 2018, o patamar estabelecido na Visão Estratégica, o Tribunal de Contas vem estruturando e aplicando nos últimos anos um modelo de gestão com foco nos resultados. Para tanto, definiu de forma clara e específica os seus objetivos, indicadores e metas. Além disto, implantou uma sistemática de monitoramento permanente dos resultados, que permite a identificação dos principais problemas e das medidas corretivas necessárias para o alcance das metas pactuadas. Neste modelo, é considerado como fator essencial para o sucesso, o envolvimento dos servidores de diversas áreas no planejamento, execução, monitoramento e avaliação da estratégia.

Neste contexto, considerando o grau de complexidade dos trabalhos desenvolvidos, os desafios estabelecidos pelas metas e o rigor na aferição dos resultados, o alcance de 85% dos resultados almejados foi motivo de satisfação por parte dos Membros e servidores do Tribunal. Ainda mais quando são obtidos avanços importantes, como os elencados a seguir:

- R\$ 104.839.506,80 de benefícios financeiros obtidos
- Início da implantação do processo eletrônico
- 11.961 processos julgados
- Incremento de 4,87 pontos percentuais no Índice de Processos Julgados Tempestivamente
- Redução de 5,43 pontos percentuais no Índice de Estoque de Processos Acima do Prazo de Julgamento
- Redução de 530 para 193 processos em estoque formalizados há mais de 3 anos
- 5.246 servidores de órgãos Jurisdicionados Capacitados
- 7.785 pessoas estimuladas para o Controle Social
- 81% de Taxa de Satisfação com a Infraestrutura
- Aprimoramento no modelo de Gestão por Resultados
- Incremento de 23 pontos percentuais na Taxa de Percepção de Mudança na Atuação do TCE na Gestão por Resultados
- Incremento de 17 pontos percentuais na Taxa de Percepção da Valorização da Meritocracia
- Incremento de 6 pontos percentuais na Taxa de Satisfação dos Servidores
- Lançamento da TV TCE
- R\$ 3.954.111,00 de custo equivalente à mídia espontânea

A tabela a seguir apresenta o desempenho em 2014 de todos os indicadores do Mapa Estratégico do Tribunal.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta	Valor Medido	Desempenho
1. Aumentar a Efetividade das Ações de Controle Externo	1.1 Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo	-	R\$ 104.8393506,80	-
	1.2 Índice de Efetividade das Ações de Controle Externo	15,75%	16,73%	106,24%
	1.3 Taxa de Gestores Considerados Inelegíveis pelo TRE	-	-	-



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

2. Contribuir para o Aperfeiçoamento da Gestão Pública	2.1. Número de Servidores de Órgãos Jurisdicionados Capacitados	2.320 servidores	5.246 servidores	226,12%
3. Contribuir para a Transparência e o Exercício do Controle Social	3.1. Variação do Relacionamento da Sociedade com o Portal do Cidadão	5%	-8,67	-173,40%
	3.2. Tempo Médio de Conclusão das Demandas do Cidadão	110 dias	80,36 dias	126,95%
	3.3 Idade Média do Estoque de Demandas do Cidadão	190 dias	373,54 dias	3,40%
	3.4 Número de Pessoas Estimuladas ao Controle Social	8.210 pessoas	7.784 pessoas	94,82%
4. Aumentar a Agilidade do Processo de Controle Externo	4.1 Índice de Processos Julgados Tempestivamente	61,43%	59,15%	96,29%
	4.2 Índice de Estoque dos Processos acima do Prazo de Julgamento	33,20%	43,03%	70,20%
	4.3 Tempo Médio dos Processos Julgados	289 dias	303 dias	95,16%
	4.4 Idade Média dos Processos em Estoque	348 dias	392 dias	87,36%
	4.5 Estoque de Processos Formalizados Há mais de Três Anos	106 processos	193 processos	17,92%
5. Aumentar a Qualidade do Processo de Controle Externo	5.1 Índice de Qualidade (forma e conteúdo) das Peças Processuais (2014)	-	-	-
	5.2 Taxa de Nulidade de Deliberações (-APR)	1,05%	0,93%	111,86%
6. Fortalecer a Imagem Institucional	6.1 Índice de Percepção da Imagem Institucional	-	-	-
	6.2 Mídia Espontânea (custo equivalente)	R\$ 4.401.537,00	R\$ 3.954.111,00	89,83%
7. Aprimorar a Gestão Administrativa	7.1 Taxa de Satisfação com a Infraestrutura	81%	81%	100%
8. Aprimorar a Gestão de Pessoas	8.1. Taxa de Atendimento da Expectativa de Desempenho dos Servidores	92,04%	94,77%	102,96%
	8.2 Taxa de Cumprimento do PDI - TCE	95%	87,11%	91,69%



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

	8.3. Taxa de Satisfação dos Servidores	73%	80%	109,59%
	8.4. Taxa de Percepção da Valorização da Meritocracia no TCE	62%	79%	127,42%
9. Formentar a Gestão do Conhecimento	9.1 Taxa de Percepção de Boas Práticas Relacionadas à Gestão do Conhecimento	-	59%	-
10. Consolidar a Gestão por Resultados	10.1. Taxa de Avanço dos Projetos Estruturantes	75,17%	72,25	96,12%
	10.2. Taxa de Percepção de Mudança da Atuação do TCE-PE na Gestão por Resultados	71%	83%	116,90%
11. Aprimorar o Uso de TI no Processo de Controle Externo	11.1 Índice de Automação do Processo de Controle Externo	73,45%	70,59%	96,11%

Com o compromisso de ir além do alcançado, buscando sempre "fazer hoje melhor do que ontem", o Tribunal de Contas vem fortalecendo os pontos fortes e identificando os obstáculos a serem ultrapassados. Neste sentido, considerando a análise do desempenho de 2014, já estão previstas algumas ações que podem alavancar os resultados de 2015. Dentre estas ações, destacam-se:

- Consolidar o processo eletrônico para as modalidades de Prestação de Contas de Governo e Prestação de Contas de Gestão;
- Intensificar o monitoramento da tempestividade dos processos julgados.

Como se pode constatar neste relatório, o ano de 2014 foi mais um ano exitoso para o TCE-PE. Contudo, um contexto ainda mais desafiador se desenha para o Brasil nos próximos anos. Desafios para a Gestão Pública, a Iniciativa Privada, os órgãos de Controle e para a Sociedade. Corrupção e ineficiência no uso do dinheiro público continuarão sendo os nossos principais alvos de combate. E as nossas principais munções serão o trabalho sério, determinado e responsável, buscando aprimoramentos para continuarmos sendo uma Instituição respeitada e a serviço do cidadão.